

# INDIAN LAW RESOURCE CENTER

CENTRO DE RECURSOS JURÍDICOS PARA LOS PUEBLOS INDÍGENAS

601 E Street S.E., Washington, D.C., 20003 | 202.547.2800 | [www.indianlaw.org](http://www.indianlaw.org)

Nota Informativa - 14 de julho de 2021

## DIRETRIZES DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECENTEMENTE ADOTADAS POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO GRUPO B.I.D. E O FUNDO BIOECONOMIA AMAZÔNICA



O Indian Law Resource Center é uma organização sem fins lucrativos de advocacia legal estabelecida e dirigida por Indígenas Americanos. O Centro fornece assistência jurídica gratuita às Nações Indígenas, às Nações Nativas da Alasca e outras comunidades indígenas das Américas que estão trabalhando para proteger suas terras, recursos, direitos humanos, meio ambiente e patrimônio cultural. Nosso principal objetivo é a preservação e o bem-estar das Nações Indianas y outras Nações y Tribos Nativas.

**E**n esta Nota Informativa, iremos informá-lo sobre desenvolvimentos importantes relacionados com as novas políticas ambientais e sociais do I.D.B. Grupo, que inclui tanto o I.D.B. e o I.D.B. Investir e também no que você pode fazer para garantir que essas novas políticas ofereçam as mais fortes salvaguardas possíveis de acordo com os padrões internacionais de direitos humanos e que todos os projetos futuros financiados pelo Banco sejam executados com respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos dos povos indígenas como estratégia de desenvolvimento.

### Quais são os diretrizes de implementação do Grupo B.I.D. e por que são importantes?

As diretrizes de implementação são documentos internos que explicam aos mutuários como as novas políticas ambientais e sociais devem ser implementadas. Essas diretrizes incluem o Manual de Implementação do B.I.D. Invest e as Diretrizes para os Padrões de Desempenho Ambientais e Sociais do B.I.D.

Em julho de 2020, o B.I.D. Invest publicou a primeira versão do Manual de Implementação com o objetivo de orientar como implementar a nova [Política de Sustentabilidade Ambiental e Social](#), que foi adotada em abril de 2020. Especificamente, o Manual de Implementação busca aconselhar os mutuários do setor privado sobre como os riscos podem ser identificados e gerenciados de forma consistente levando em consideração diversos fatores, bem como para auxiliá-los perceber seu potencial de governança ambiental e social e os benefícios associados, e para alcançar melhores resultados gerais do projeto. Mais importante ainda, o Manual de Implementação aborda os mecanismos de responsabilidade disponíveis para indivíduos e grupos que sentem que o projeto pode afetá-los ou ao meio ambiente de forma adversa, incluindo mecanismos de reclamação no nível do projeto, acesso aos recursos administrados pelo cliente e envolvimento com o B.I.D. Invest por meio de seus vários mecanismos de responsabilidade.

Um período virtual para comentários públicos sobre o Manual de Implementação foi realizado de 14 de setembro a 14 de outubro de 2020. Após o período para comentários, o B.I.D. Invest revisou e incorporou o feedback recebido e preparou uma versão revisada do Manual de Implementação. Em dezembro de 2020, a versão revisada foi aprovada e divulgada. Então, em fevereiro de 2021, o B.I.D. Invest realizou uma reunião virtual com organizações da sociedade civil para apresentar a versão revisada do Manual de Implementação e explicar como o B.I.D. Invest levou o feedback em consideração. A reunião abordou questões relativas a toda a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social, não apenas questões indígenas. Portanto, não houve novas “questões” relacionadas à implementação para discutir, a não ser as novas salvaguardas que protegem os povos indígenas isolados, que são tão claras que não deixam espaço para mal-entendidos ou interpretações erradas. O Manual está disponível apenas em [inglês](#) e [espanhol](#).

Em junho de 2021, o B.I.D. publicou a versão preliminar de suas diretrizes para os dez Padrões de Desempenho Ambiental e Social que compõem o novo [Quadro de Políticas Ambientais e Sociais](#), que foi adotado em setembro de 2020. Como tal, cada Padrão de Desempenho tem seu próprio rascunho de diretriz. Junto com o objetivo declarado de promover o compromisso do B.I.D. com o princípio de “fazer o bem além de não causar danos”, essas diretrizes preliminares são importantes porque orientarão os países mutuários sobre como aplicar e implementar adequadamente os Padrões de Desempenho aos projetos financiados pelo Banco e sobre como evitar impactos adversos de projetos nas comunidades e no meio ambiente.

Por exemplo, o Padrão de Desempenho 7 Povos Indígenas inclui, pela primeira vez, salvaguardas que abordarão a não-divisão de terras indígenas coletivas e o uso de protocolos de consulta indígena. Também estende as proteções de salvaguarda para os povos indígenas isolados e endossa o uso do consentimento prévio, livre e informado dos povos indígenas.

As diretrizes preliminares estão agora disponíveis para um período virtual de comentários públicos até **23 de julho de 2021**. Clique [aqui](#) para acessar as diretrizes preliminares. Nós o encorajamos fortemente a baixar cada rascunho de diretriz - especialmente o rascunho do Padrão de Desempenho 7 Povos Indígenas - e enviar seus comentários e sugestões para [bid-mpas@iadb.org](mailto:bid-mpas@iadb.org). Agora, mais do que nunca, é fundamental garantir que os rascunhos de diretrizes não reduzam o nível de proteção alcançado com os Padrões de Desempenho, especialmente as medidas de salvaguarda novas ou estendidas.

## O que é o Fundo de Bioeconomia Amazônica?

No âmbito das reuniões anuais do B.I.D. este ano, o Presidente do B.I.D. Mauricio Claver-Carone anunciou a criação do Fundo de Bioeconomia Amazônica (o Fundo), uma proposta de programa para apoiar o desenvolvimento sustentável da Bacia Amazônica como uma oportunidade de transição para uma bioeconomia sustentável e um modelo positivo de natureza onde a conservação e restauração são motores de crescimento econômico, em vez de indústrias extrativas. O B.I.D. está empenhada em fornecer \$ 20 milhões em capital inicial ao Fundo, e espera-se que haja mais \$ 1 bilhão em capital privado para o Fundo.

No geral, o Fundo busca mobilizar investimento privado em bio-negócios, economia positiva de natureza e gestão florestal, fornecendo financiamento e incentivos para promover o valor do capital natural e ativos florestais sustentáveis no Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. Com base em quatro pilares temáticos de bioeconomia: agricultura sustentável, pecuária e manejo florestal, desenvolvimento de capital humano e infraestrutura sustentável, também se espera que o Fundo contribua para as Contribuições Nacionalmente Determinadas no âmbito do Acordo de Paris, promover uma recuperação pós-COVID-19 mais resiliente, regenerar de ecossistemas e diversificar da produção de recursos naturais por meio de um modelo mais eficiente e sustentável.

Em 17 de maio de 2021, o Indian Law Resource Center (o Centro) participou de uma reunião realizada pelo B.I.D. informar ONGs, povos indígenas e organizações conservacionistas, entre outros, sobre o Fundo. Até o momento, apenas foram planejados diálogos com as diferentes partes interessadas. Os critérios, financiamento e infraestrutura do programa ainda não foram desenvolvidos. Planejamos monitorar este processo e informá-lo de mais detalhes assim que estiverem disponíveis.

Embora o estabelecimento deste Fundo e a provisão de capital inicial para proteger e conservar a Bacia Amazônica seja um desenvolvimento bem-vindo, há questões fundamentais que devem ser abordadas. Essas questões incluem, mas não se limitam a, como o Fundo será estruturado, como será implementado e como os interesses envolvidos serão tratados. Até o momento, não vimos nenhum esforço sério do Banco em buscar feedback dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais que habitam a Bacia Amazônica. O Fundo parece ser o resultado de discussões mantidas com formuladores de políticas nacionais dos países que fazem parte da Bacia Amazônica e alguns atores do setor privado. Nenhuma discussão foi realizada sobre o que o Banco faria para evitar que o Fundo prejudicasse a floresta e os povos indígenas. O Banco parece depender fortemente do setor privado e não considerar os riscos associados a projetos de infraestrutura de grande escala. Surpreendentemente, nenhuma informação foi fornecida sobre qual seria a postura do Fundo com relação às terras indígenas coletivas na Amazônia. Promover a bioeconomia e a agricultura sustentável sem abordar e priorizar os direitos e a posse da terra é muito preocupante. Não fazer isso aumenta os riscos de fracasso do Fundo.

## Precisa de mais informações?

O Centro está empenhado em garantir que os direitos dos povos indígenas sejam protegidos por fortes medidas de salvaguarda e que os povos indígenas sejam devidamente incluídos e consultados sobre tais políticas e todas as atividades de desenvolvimento que possam potencialmente afetá-los, bem como mobilizar esforços de defesa de causa e envolvimento de líderes e organizações indígenas e da sociedade civil para garantir a implementação adequada das novas políticas ambientais e sociais do B.I.D. e do B.I.D. Invest. Se você gostaria de se juntar a nossa lista de distribuição de Grupo B.I.D. para receber atualizações constantes sobre as novas políticas do Grupo B.I.D., envie-nos uma solicitação para [dcoffice@indianlaw.org](mailto:dcoffice@indianlaw.org).

Para obter mais informações sobre o nosso trabalho para responsabilizar os bancos multilaterais e nacionais de desenvolvimento por seus impactos ambientais e sociais e para estabelecer novos padrões vinculativos de direitos humanos especificamente aplicáveis a essas instituições financeiras, visite nosso website <https://indianlaw.org/projects/mdb>.